



UM BOM EXEMPLO: JFES adota práticas para minimizar impactos ambientais

A juíza federal Eloá Alves Ferreira de Mattos, assinou nesta quarta-feira, 1º de abril, ainda como diretora do foro, a Ordem de Serviço nº 005, que estabelece procedimentos para minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades operacionais e administrativas da Justiça Federal do Espírito Santo.

Ao baixar a nova norma, a magistrada considerou “que a defesa e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado é dever do Poder Público e da coletividade, instituído por meio do artigo 225 da Constituição Federal Brasileira”. Levou em conta, ainda, que “a Administração Pública é grande consumidora e usuária de recursos naturais e tem papel estratégico na promoção e indicação de

novos padrões de produção e consumo”.

Para a juíza, “os órgãos governamentais devem ser exemplo na redução dos impactos sócioambientais negativos por si gerados, bem como no combate ao desperdício de recursos naturais e de bens públicos”. Além disso, destaca “a necessidade de inclusão de critérios sócioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços da Seção Judiciária do Espírito Santo, como forma de promover e fomentar o desenvolvimento sustentável”. Também considera importante “conscientizar servidores, prestadores de serviço e usuários em relação aos aspectos ambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, bem como de estimular mudanças de hábitos visando à geração de economia de



recursos naturais e institucionais”.

Os procedimentos estabelecidos na Ordem de Serviço dizem respeito a cuidados que deverão ser observados no dia-a-dia do trabalho, como também na hora de adquirir materiais e contratar serviços. Algumas das principais medidas a serem adotadas estão disponíveis em matéria publicada na página da Justiça Federal na internet (www.jfes.jus.br).

TRF 2ª REGIÃO: Paulo Espírito Santo toma posse defendendo um “sistema judiciário forte”

“A medida da democracia é a medida da Justiça. O país que não tem um sistema judiciário forte, uma atividade jurisdicional intensa, é infeliz, porque não goza de uma democracia plena”. A afirmação do desembargador federal Paulo Espírito Santo, que assumiu a Presidência do TRF2 no dia 2 de abril para o biênio 2009/2011, dá uma idéia do tom que ele pretende imprimir a sua gestão.

O magistrado reconhece que essa efetividade jurisdicional deve passar por uma celeridade na conclusão das causas que o Judiciário ainda não alcançou, embora “não por culpa dos juízes, que lidam com um volume de processos humanamente impossível de dar conta”, afirmou o desembargador.

Mas ele ressaltou: “Não pactuarei com o errado, com omissões perniciosas, com injustiças”. A solução, então, para o presidente recém-empossado, é continuar a investir (e aprofundar o investimento) em mutirões de conciliação, na aproximação entre os vários ramos do Judiciário Nacional (ou seja, da Justiça Estadual, Eleitoral, do Trabalho e Militar com a Justiça Federal) e na virtualização da atividade jurisdicional: “Isso já era sonho meu há 30 anos, quando eu falava desse tema com os meus alunos. E hoje vejo tornar-se realidade graças a projeto lançado pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça e encampado in totum pelo nosso Tribunal”.

A Justiça Federal do Espírito Santo também ganhou novo dirigente: o juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano (diretor do foro). Na vice-direção, permanece o juiz federal Alexandre Miguel. (Fonte: TRF 2 e Secom/ES)

Paternidade socioafetiva é um dos temas de fórum sobre Convenção da Haia

Paternidade socioafetiva é o título da palestra que o desembargador federal e professor da UERJ e da Universidade Gama Filho, Guilherme Calmon, apresentará no fórum sobre Convenção da Haia, que tratará dos aspectos civis do sequestro internacional de menores. O encontro acontecerá no dia 13 de abril, das 14 às 18 horas, no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), no Rio de Janeiro, e será transmitido por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo. O tema faz lembrar bastante o caso do menino Sean Ribeiro Goldman, que envolve uma ferrenha disputa judicial (que será decidida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro) por sua guarda, entre o pai americano e o padrasto brasileiro, o advogado João Paulo Lins e Silva.

“Recentes polêmicas envolvendo a paternidade biológica vêm permitindo identificar outras espécies de

paternidade, como as originadas da adoção, de reprodução assistida e do vínculo da afetividade”, afirma Guilherme Calmon, que falará ainda sobre as questões jurídicas que repercutem nesses vínculos de afeto paterno, com a valorização da paternidade “construída” (no lugar da biológica).

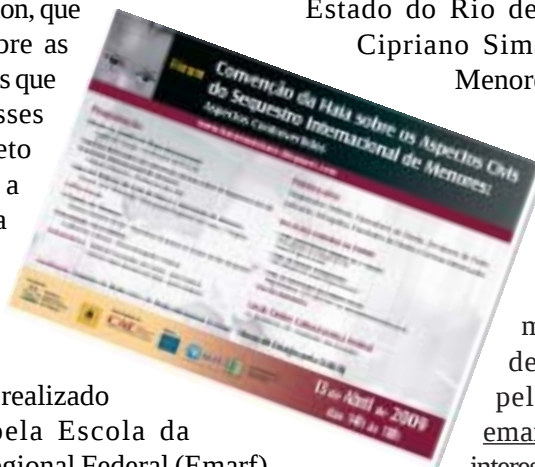
O fórum, realizado em parceria pela Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf) da 2ª Região e pelo CCJF, conta com o apoio do TRF2, da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O evento inclui ainda, na sua programação, palestras do procurador regional da União, Daniel

Levy Alvarenga (Aspectos Práticos da Ação de Busca e Apreensão de Menores) e da Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rosana Cipriano Simão (A Guarda de Menores), entre outras.

Para participar da videoconferência em Vitória, que é gratuita e aberta ao público, os magistrados federais devem se inscrever pelo www.trf2.gov.br/emarf e os demais interessados podem efetuar suas inscrições pelo (27)

3183-5187 ou nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

O auditório da Justiça Federal do Espírito Santo fica no sétimo andar da sede do órgão, localizado na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta. (Fonte: TRF 2 e Secom/ES)



Grupo Especial de Segurança da JF ministra curso de qualificação para agentes do TRE e agentes de trânsito da PMV

Entre os dias 9 e 25 de março, agentes do Grupo Especial de Segurança (GES) da Justiça Federal do Espírito Santo, implantado com a publicação de resolução do TRF2, ministraram curso de qualificação, previsto na Lei 11.416/06, a 32 colegas da Seção Judiciária, além de três agentes do TRE/ES e 10 guardas municipais da Prefeitura de Vitória. A solenidade de entrega dos certificados foi realizada nesta quarta-feira, 1º de abril, presidida pelo vice-diretor do foro e

coordenador da área de Segurança na JFES, juiz federal Alexandre Miguel.

Ao abrir o evento, no auditório da Seção Judiciária, em Vitória, Alexandre Miguel destacou que “o curso foi muito elogiado e, a exemplo do TRE e da Prefeitura Municipal de Vitória, outros órgãos têm demonstrado interesse no treinamento, mostrando que o investimento da Seção Judiciária do ES nessa área está rendendo bons frutos”. Para ele, “por uma questão de necessidade, a Justiça Federal passa a depender cada vez menos de

outros órgãos de segurança, como as polícias civil, militar e federal, que podem se dedicar às suas funções primordiais e têm nos apoiado de outra forma muito interessante, ou seja, na formação dos nossos próprios agentes”.

Seguindo a orientação da Direção do Foro, os integrantes do GES foram capacitados ao longo do ano passado para que pudessem atuar como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, adaptando-os à realidade desta Seccional. O curso de reciclagem minis-

trado por eles em março ofereceu aulas práticas e teóricas de Direito, inteligência e contra-inteligência, segurança, técnicas operacionais, segurança de dignatários, direção defensiva e ofensiva, defesa pessoal, armamento e tiro, técnicas de abordagem, cerimonial e etiqueta.

Recentemente, o GES foi solicitado também para ministrar curso de reciclagem para 10 Técnicos de Segurança do Ministério Público Federal (MPF/ES).